

## EDUCAÇÃO POPULAR: HISTÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA

**Severino Bezerra da Silva<sup>1</sup>**  
*Universidade Federal da Paraíba*

**Israel Soares de Sousa<sup>2</sup>**  
*Universidade Federal de Campina Grande*

**Gildivan Francisco das Neves<sup>3</sup>**  
*Universidade Estadual da Paraíba*

### RESUMO

O presente artigo discute sobre Educação Popular e suas configurações teórica-metodológicas, suas representações na América Latina e importância para concretização de uma epistemologia própria do Sul e que coaduna com as lutas históricas de diversos movimentos sociais de resistência ao modelo excludente de exploração neocolonialista. Partimos da apresentação e debate na disciplina *Educação Rural e Educação do Campo na América Latina*, que resultou da REDE PECC MS, no primeiro semestre de 2024 como resultado de um conjunto de professores e pesquisadores de países da América latina, na qual a Educação Popular, enquanto pensamento social crítico construído no contexto histórico e pedagógico, surge e se reelabora dialogando com os/nos contextos de resistência dos países latino-americanos. Desta feita, o campo da Educação Popular, prioriza a construção das identidades socioculturais latino-americanas, as conquistas e resistências territoriais e democráticas, as resistências as matrizes colonialista-neocolonialistas, as lutas por uma educação crítica que rompa com paradigmas e enquadramentos eurocêntricos e norte-americanos. Partimos de questões norteadoras que ajudam nossa compreensão acerca da formação do paradigma latino americano de Educação Popular, quais sejam: de que Educação Popular falamos? Qual perspectiva de Educação Popular fornece bases/fundamentos para pensar/fazer uma educação crítica na latino-americana? Para subsidiar nossas discussões, trabalhamos com autores como Jara (2018); Freire (2011); Carrillo (2011); Brandão (2006), entre outros. Nossas análises apontam a importância da Educação Popular enquanto paradigma epistemológico próprio da América Latina e campo fértil de possibilidades para uma educação mais justa e democrática.

**Palavras-Chave:** Educação Popular; América Latina; Pedagogia Crítica; Teologia da Libertação.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Pontifícia de São Paulo (PUC-SP) e Historiador pela UFPB. Professor Titular na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Centro de Educação - CE, vinculado ao Programa de Pós - Graduação em Educação - PPGE/UFPB, João Pessoa, Paraíba, Brasil, membro e pesquisador da REDE-PECC- MS. Endereço para correspondência: Rua Paulo Franca Marinho 101, Residencial Recanto das Artes, Bloco B, apt 904, Miramar, João Pessoa, Paraíba, Brasil, CEP: 58.032-150. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3062-6640>. E-mail: [severinobsilva@uol.com.br](mailto:severinobsilva@uol.com.br).

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba e Historiador (UFPB). Professor Adjunto na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, no Centro de Formação de Professores – CFP, vinculado à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UACS, Cajazeiras, Paraíba - Brasil. Endereço para correspondência: Rua Jacinto Ricarte da Silva, 75, Centro, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, CEP: 58900-000. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9748-3699>. E-mail: [israel.soares@professor.ufcg.edu.br](mailto:israel.soares@professor.ufcg.edu.br).

<sup>3</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Historiador pela UEPB. Professor Substituto vinculado ao Departamento de História, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande, Paraíba, Brasil. Endereço para correspondência: Avenida Plínio Lemos, 1895, Residencial Flores de Campina VIII, apt 407, Ramadinha, Campina Grande, Paraíba, Brasil, CEP: 58.433-750. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0177-1865>. E-mail: [gildivanfrancisco2022@gmail.com](mailto:gildivanfrancisco2022@gmail.com).

## POPULAR EDUCATION: HISTORIES OF STRUGGLES AND RESISTANCE IN LATIN AMERICA

### ABSTRACT

The present article discusses Popular Education and its theoretical-methodological configurations, its representations in Latin America, and its importance for the construction of a distinct Southern epistemology that aligns with the historical struggles of various social movements resisting the exclusionary model of neocolonial exploitation. We begin with the presentations and debates held in the course *Rural Education and Education in the Countryside in Latin America*, within the PECC MS NETWORK, during the first semester of 2024, as the result of collaborative work among professors and researchers from several Latin American countries. In this context, Popular Education—understood as a field of critical social thought built within specific historical and pedagogical processes—emerges and is continually reformulated through dialogue with the contexts of resistance present across Latin American nations. Consequently, the field of Popular Education prioritizes the construction of Latin American sociocultural identities, territorial and democratic achievements and resistances, opposition to colonial and neocolonial matrices, and the struggle for a critical education capable of breaking with Eurocentric and North-American paradigms and frameworks. We therefore start from guiding questions that support our understanding of the formation of the Latin American paradigm of Popular Education: What do we mean by Popular Education? Which perspective of Popular Education provides the foundations to think and enact a critical education in Latin America? To support our discussions, we draw on authors such as Jara (2018), Freire (2011), Carrillo (2011), Brandão (2006), among others. Our analyses highlight the importance of Popular Education as an epistemological paradigm unique to Latin America and as a fertile field of possibilities for a more just and democratic education.

**Keywords:** Popular Education; Latin America; Critical Pedagogy; Liberation Theology.

## EDUCACIÓN POPULAR: HISTORIAS DE LUCHAS Y RESISTENCIAS EN AMÉRICA LATINA

### RESUMEN

El presente artículo discute la Educación Popular y sus configuraciones teórico-metodológicas, sus representaciones en América Latina y su importancia para la concreción de una epistemología propia del Sur que se articule con las luchas históricas de diversos movimientos sociales de resistencia al modelo excluyente de explotación neocolonialista. Partimos de las presentaciones y debates desarrollados en la asignatura *Educación Rural y Educación del Campo en América Latina*, en la RED PECC MS, durante el primer semestre de 2024, como resultado del trabajo conjunto de profesores e investigadores de distintos países latinoamericanos. En este contexto, la Educación Popular —entendida como un pensamiento social crítico construido en un marco histórico y pedagógico específico— surge y se reelabora dialogando con los contextos de resistencia de los países latinoamericanos. De este modo, el campo de la Educación Popular prioriza la construcción de identidades socioculturales latinoamericanas, las conquistas y resistencias territoriales y democráticas, la oposición a las matrices colonialistas y neocolonialistas, y las luchas por una educación crítica que rompa con los paradigmas y encuadres eurocéntricos y norteamericanos. Partimos de preguntas orientadoras que sustentan nuestra comprensión sobre la formación del paradigma latinoamericano de Educación Popular, tales como: ¿de qué Educación Popular hablamos? ¿Qué perspectiva de Educación Popular aporta las bases y fundamentos para pensar y llevar a cabo una educación crítica en América Latina? Para fundamentar nuestras discusiones, trabajamos con autores como Jara (2018); Freire (2011); Carrillo (2011); Brandão (2006), entre otros. Nuestros análisis señalan la importancia de la Educación Popular como un paradigma epistemológico propio de América Latina y un campo fértil de posibilidades para una educación más justa y democrática.

**Palabras clave:** Educación Popular; América Latina; Pedagogía Crítica; Teología de la Liberación.

### INTRODUÇÃO

A construção deste artigo, resultou de uma disciplina (que surge como demanda latino-americana – ligada à REDE PECC-MS; para conhecer e refletir sobre problemáticas

relacionadas à educação do campo e rural), construída e desenvolvida coletivamente entre um conjunto de instituições brasileiras como demanda das pós-graduações em educação (UESB, UFRB, UFPB, UNEB, UTP e UECE). A mesma foi oferta por quatro dessas unidades como componentes curriculares no primeiro semestre de 2024. A disciplina teve a colaboração (aulas temáticas) de professores pesquisadores dos seguintes países/universidades: Colômbia, Peru, Argentina, Equador, Venezuela e México. Todas as aulas temáticas estavam articuladas num calendário único e contava com a participação dos discentes das instituições e dos pesquisadores das universidades envolvidas, como todo o processo de construção e execução da disciplina.

A Educação Popular surgiu na América Latina como uma proposta de pedagogia contextualizada e crítica, voltada à emancipação social e política dos segmentos excluídos socialmente, junto com as classes populares, especialmente a partir da metade do século XX. Inspirada por educadores como Paulo Freire, ela se caracteriza como uma prática educativa baseada no diálogo, na valorização do saber do povo e na transformação da realidade de exclusão. Diferente do modelo tradicional-eurocêntrico, que entende as pessoas, os alunos numa condição de passividade e serviçais, a Educação Popular enxerga o processo de aprendizagem como uma construção coletiva, em que educadores e educandos aprendem e ensinam mutuamente, ancorados por sentimentos de coletividades, de resistências, reciprocidades e autonomias.

Ao longo da história latino-americana, que foi marcada por desigualdades sociais e exclusões históricas, a Educação Popular se tornou uma teoria social crítica fundamental de resistência e emancipação. Ela tem um papel essencial nos processos de organizações e lutas dos movimentos sociais, sindicatos, pastorais e organizações comunitárias, promovendo a alfabetização crítica e a formação cidadã. Nesse sentido, mais do que ensinar a ler e escrever, a Educação Popular busca formar sujeitos cientes de seus papéis no mundo e capazes de intervir na sociedade, em suas territorialidades e demandas-carências sociais para transformá-las.

Além disso, ela compreende a importância das diversas culturas e das experiências das comunidades como ponto de partida para o aprendizado. A Educação Popular valoriza os saberes locais, as práticas coletivas e as diversas identidades culturais, fortalecendo o

sentimento de pertencimento e de autonomia. Assim, ela contribui para a construção de uma educação libertadora, que respeita a diversidade, e combate as formas de opressão e exclusão que historicamente deixaram marcas profundas nas estruturas humanas e sociais e políticas da América Latina.

Nos dias atuais, a Educação Popular continua sendo essencial diante dos desafios contemporâneos, como a desigualdade, o surgimento de movimentos neofascistas; a desinformação, a crise ambiental e as lutas e coletivos de educadores e grupos e movimentos sociais por uma educação do campo e não no campo. Suas práticas, baseadas na solidariedade e no diálogo, inspiram novas formas de organização comunitária e educativa. Ao promover uma formação crítica, participativa e transformadora, a Educação Popular reafirma seu papel de ferramenta de mudança social e de fortalecimento da democracia na América Latina. É a partir dessa perspectiva de educação que organizamos o presente artigo, discutindo no primeiro tópico, o conceito histórico e amplo de Educação Popular e, no segundo tópico, discutimos acerca da América Latina enquanto terreno fértil para o surgimento da Educação Popular e os marcos para a compreensão de sua epistemologia própria.

Ressaltamos que, a proposta analítica do referido artigo não pretende esgotar a discussão acerca da Educação Popular e da América Latina, mas apresentar um olhar reflexivo a partir de um recorte específico a partir de autores que consideramos significativos para pensarmos o processo de exploração e colonização da América Latina e as possibilidades sociais e epistemológicas para superação da colonização cultural e dos saberes que ainda se faz presente em nosso território.

### **1. Afinal, de que Educação Popular estamos falando?**

O primeiro ponto que destacamos em relação à Educação Popular, é que ela não surgiu em um espaço específico, mas de várias experiências históricas das lutas populares em busca de justiça social, principalmente na América Latina. A Educação Popular se constituiu historicamente e foi se (re)configurando a partir dos territórios e lutas que foram abarcando, como também os diálogos que construídos considerando os contextos, e as demandas populares e os autores que a conceberam. Nesse sentido, não podemos

falar em uma Educação Popular universal que explica os fenômenos sociais a partir de uma matriz epistemológica inviolável e única; mas, de uma educação que está aberta à reconstrução de suas bases; pois as lutas populares se modificam ao longo dos tempos e nos vários lugares da América Latina. Dessa forma, por mais que alguns elementos sejam essenciais ao entendimento do que seja a Educação Popular, ela está aberta ao diálogo com seus pressupostos teóricos e metodológicos e os saberes populares e suas interpretações do mundo e talvez esta seja o grande diferencial da Educação Popular: a reescrita de si mesma a partir dos aprendizados humanos. Conforme nos aponta Jara (2018, 2018, p. 5) “[...] cuando hablamos de Educación popular hablamos de algo que siempre debe ser comprendido de acuerdo con los espacios y contextos históricos donde fue creada”.

Nem sempre o sentido de educação popular foi associado a essa proposta emancipadora de educação. Podemos destacar que antes da consolidação da perspectiva emancipatória de educação, o que se conhecia por educação popular estava associado a uma perspectiva assistencialista e ofertada como política pública, muitas vezes de baixa qualidade. Conforme nos aponta Carrilo (2007, p. 17): “[...] en efecto, no siempre que estas dos palabras han aparecido juntas a lo largo de la historia, se han referido al sentido que hoy le damos a la Educación Popular”. Por isso afirmamos que a formação da Educação Popular enquanto paradigma emancipatório se deu historicamente e a partir de muitas disputas e tensões, e como terreno histórico podemos registrar as experiencias opressivas vivencias pelos países latino-americanos durante as ditaduras militares durante as décadas de 1960 até meados de 1980. Conforme Prado e Pellegrino (2020, p. 158), “Na América Latina desses anos, ao mesmo tempo que as esquerdas inspiradas em Cuba se radicalizaram e abraçavam a luta armada, a busca por soluções que entremeassem as balizas da reforma e da revolução...” uma luta de dimensão continental porem, com especificidades territoriais e locais.

A Educação Popular se consolidou como uma epistemologia própria da América Latina, exatamente, por responder questões essenciais a essas lutas e conquistas dos mais diversos sujeitos populares, trabalhadores do campo, operários da indústria ou da construção civil, ribeirinhos ou caiçaras, jovens, adultos e idosos, encontraram na

Educação Popular uma perspectiva de conhecimento que não desconsidera os seus saberes, mas que, pelo contrário, numa pedagogia crítica e alicerçada na realidade e no diálogo com e entre eles e os fortalece na compreensão de suas situações de oprimidos e ainda mais, os assessora no movimento de libertação e o incentivo a muitas experiências de educação popular, a exemplo Movimento de Educação de Base no Brasil no início dos anos de 1960, as comunidades eclesiais de Base, década de 1970, ligadas a Teologia da Libertação, e as organizações rurais, entre outras. A respeito do MEB, Wanderley (1984, p. 16), fez a seguinte colocação que relaciona a Igreja e suas relações com a Educação Popular por meio da experiência do MEB:

Objetivei mostrar que o MEB, juntamente com o sindicalismo rural e a JUC. Se constituíram nos movimentos da Igreja católica que redefiniram a situação da prática dos cristãos na sociedade brasileira. A partir deles os leigos assumiram novas tarefas forçaram o reconhecimento de sua autonomia, trouxeram novas reflexões teóricas e teológicas para o interior da Igreja no Brasil e introduziram a questão da política de forma aguda, que iria se reascender nos anos pos-70. Através deles foram firmadas as estacas da irrupção coletiva de uma “Igreja popular”. (Wanderley, 1984, p. 16).

A Educação Popular, enquanto metodologia, propõe um diálogo profundo e articulada com as territorialidades, reconhecendo que o processo educativo não ocorre de forma neutra ou descontextualizada. Ela parte da realidade concreta dos territórios — suas culturas, histórias, lutas e saberes — para construir um aprendizado significativo e transformador. Nesse sentido, valoriza os conhecimentos produzidos nas comunidades e os articula com o saber científico e técnico, rompendo com a lógica tradicional que separa teoria e prática. Essa perspectiva entende o território como um espaço vivo de experiências e resistências, onde a educação se torna um instrumento de emancipação e fortalecimento da identidade coletiva. Um exemplo expressivo é o movimento pela educação do campo no Brasil, iniciando na década de 1990, com grande representatividade política, territorial e pedagógica na organização, luta e conquistas de uma educação contextualizada e de qualidade. Araujo e Silva (2011), registraram a primeira experiência de formações de educadores do campo (curso de magistério) entre os anos de 2004 e 2008, uma parceria do Programa Nacional da Reforma Agrária- Pronera, Universidade Federal da Paraíba-Brasil e a Comissão Pastoral da Terra- CPT-PB. Um projeto

que se desenvolveu formando educadores nos territórios dos assentamentos rurais paraibano, coadunado com a proposição do Decreto 7.352/2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, uma conquista resultado das lutas dos movimentos sociais do campo. Segundo Paludo (2013, p. 75), existem “nexos e relações entre alguns fundamentos” entre a educação popular e educação do campo, conforme a citação que segue:

a- possuem uma mesma materialidade de origem; b- são concepções educativas que se colocam na mesma perspectiva contra-hegemônica e de resistência ao modo de produção capitalista; c – são forjadas no movimento concreto da luta dos trabalhadores e seus processos são feitos por eles e com eles e não para eles; d - em ambas, a intencionalidade e direcionalidade é a emancipação humana e, portanto, a direção da superação da sociedade que se organiza tendo por base a exploração do trabalho. (Paludo, 2013, p. 75).

Além disso, a Educação Popular se constrói a partir do diálogo com os sujeitos que habitam esses territórios, respeitando suas experiências e demandas. Os educandos são reconhecidos como protagonistas do processo educativo, com capacidade política e pedagógica de construir relações entre os saberes acadêmicos e os saberes cristalizados em seus cotidianos-territórios, e não apenas como receptores e reprodutores de conhecimentos. Essa metodologia busca compreender e adentrar nas necessidades reais das comunidades e promover a participação comprometida e crítica dos sujeitos na construção de soluções coletivas. Assim, a Educação Popular reafirma a importância da escuta, do diálogo e da ação transformadora, promovendo práticas pedagógicas que visam à justiça social, à autonomia e ao fortalecimento da cidadania em seus diversos contextos territoriais. De acordo com Sousa e Silva (2017, p. 23), é preciso que a perspectiva problematizadora da Educação Popular seja reconhecida como um elemento que precisa se fazer presente no contexto da educação e nas nossas escolas:

Nesse sentido, é urgente um repensar da educação, um refletir de nossas práticas e concepções, no sentido de desvelar a realidade na qual estamos inseridos e aceitar os vários saberes – saberes populares, religiosos, empíricos – como importantes no contexto escolar. Nessa empreitada, a Educação Popular se apresenta como uma possibilidade educativa mais

humana, pois busca o diálogo entre as diversas formas de conhecimento. Sousa e Silva (2017, p. 23).

Nessa perspectiva, a Educação Popular entende o acesso à educação escolar pública como um direito de todos e todas, independentemente de classe social, gênero, etnia ou idade. Ela busca romper com a lógica excludente do sistema educacional tradicional, oferecendo oportunidades de aprendizagem que dialogam com a realidade dos sujeitos. Seguindo essa lógica, a escola é compreendida como um espaço de construção coletiva do conhecimento e de emancipação, onde o saber popular é valorizado tanto quanto o saber escolar. Por isso, mais do que uma proposta de instrução, a Educação Popular pressupõe uma formação integral dos sujeitos, conforme nos indica Melo Neto (2006, p. 42), ao tratar da Extensão Universitária pautada pela Educação Popular, o autor aponta para:

A efetivação de ações educativas pautadas por princípios éticos definidos, com reforço ao coletivo e com preocupações voltadas às maiorias sociais, será conduzida no sentido de garantir que alternativas sejam possíveis, inibindo modelos de produção que só mantenham ou fortaleçam os mecanismos de exclusão. (Melo Neto, 2006, p. 42).

Essa perspectiva de Extensão é proposta pelo autor visto que sua compreensão acerca da Educação Popular perpassa a compreensão de um paradigma que fixa suas crenças nos homens e suas ações e na consequente mudança de justiça social e a socialização dos espaços e usos por todos, sem barreiras de classes e que estimule as construções a partir da força do povo. (Melo Neto, 1999).

A consolidação da Educação Popular se dá historicamente a partir de seu fortalecimento pelos movimentos populares. Historicamente, foram as lutas organizadas a partir de diversos movimentos sociais — camponeses, sindicatos, comunidades eclesiais de base, coletivos urbanos — que impulsionaram práticas educativas voltadas à transformação social. Esses movimentos passaram a compreender que a educação não deve apenas transmitir conteúdos, mas semear a consciência crítica e a organização política de seus sujeitos, fortalecendo o protagonismo das classes populares na luta por direitos e justiça social. Neste sentido, as experiências de empobrecimento; de desigualdades sociais e injustiças que demarcam a América Latina secularmente, foram

cenários alargados que provocam e promoveram o aparecimento de uma teoria e pedagogia crítica: a Educação Popular.

A metodologia participativa e politizadora é um dos pilares da educação popular. Inspirada nas ideias de Paulo Freire, ela se baseia no diálogo, na escuta e na valorização das experiências de vida dos educandos, diante de suas realidades. Em vez de impor conhecimentos prontos, o educador atua como mediador, promovendo o debate e a reflexão crítica sobre a realidade. Essa metodologia permite que os participantes se reconheçam como sujeitos históricos capazes de intervir e transformar o mundo em que vivem. De acordo com Leis R. (2009, p. 72-73):

Os paradigmas se fazem ao caminhar. A utopia se constrói cotidianamente. Revalorizam-se os atores e os espaços, não como propósitos, mas como executores da mudança. Não se trata somente da mudança de estruturas, mas de cuidar da maneira de se empreender essa tarefa objetiva para que, ao mesmo tempo e no mesmo ato construa-se a personalidade dos sujeitos. Abrem-se os espaços nos quais se faz sociopolítica, e o poder deve construí-los em todos os nós e fendas da sociedade. Ampliam-se os sujeitos reais e potenciais mudanças. Há também ampliação dos tempos de fazer política, construindo poder desde aqui e desde agora. (Leis R, 2009, p. 72-73).

Nessa luta política e histórica, a alfabetização de jovens e adultos é uma das práticas mais representativas da Educação Popular. Isso porque, muito além de ensinar a ler e escrever, ela discute a importância da leitura do mundo, estimulando o pensamento crítico e a autonomia dos educandos. As palavras e temas geradores são extraídos do cotidiano dos sujeitos aprendentes, tornando o processo de aprendizagem significativo e conectado à vida real. Assim, o ato de alfabetizar torna-se também um ato político e libertador, pois não existe educação neutra, conforme nos alerta Freire (2011, s/p):

Não há educação neutra. A educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do sistema atual e trazer conformidade a ele, ou então se torna ‘a prática da liberdade’, o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica e criativa com a realidade e descobrem como participar da transformação de seu mundo. (Freire, 2011, s/p).

Outro elemento significativo para a Educação Popular é a valorização da cultura popular, que é entendida como fonte legítima de saber e elemento essencial na

construção da identidade coletiva, desta forma, reconhece a riqueza das expressões culturais do povo — músicas, danças, histórias, festas, tradições — e as incorpora como ferramentas pedagógicas. Ao valorizar a cultura popular, a educação se aproxima das comunidades e fortalece o sentimento de pertencimento, promovendo uma aprendizagem viva, crítica e transformadora, em contraposição ao sistema formal de educação, que muitas vezes, se apresenta como uma proposta homogeneizante e que se manifesta no Brasil e em outros países da América Latina, como é o caso da Colômbia, conforme nos aponta Cobo (2023, p. 10):

El sistema educativo se ha construido para una población única, la mayoritaria, por esta razón una de las mayores injusticias en las instituciones educativas es el desconocimiento del otro, del diferente, y esta situación es cotidiana con los grupos étnicos en la escuela. No tener en cuenta las diferencias culturales, es invisibilizar el saber propio de los individuos que pertenecen a estos grupos minoritarios. La imposición de saberes ajenos, en detrimento de los propios, es una forma de injusticia epistémica, por lo tanto, el currículo como dispositivo político ideológico del Estado debe tener en cuenta los saberes ancestrales de estos pueblos. (Cobo, 2023, p. 10).

Podemos afirmar que a Educação Popular em seu paradigma educacional busca transcender a ideia de educação unicamente transmissiva; pelo contrário, ela acredita que a educação precisa estar comprometida com um projeto de sociedade. Por isso, ela está atenta aos processos de formação de educadores e precisa considerar o educador como um constante educando e a educação como um processo de construção da democracia participativa. Historicamente erguida e modificada, a Educação Popular tem se apresentado como um paradigma importante para a superação da colonização do saber no qual a América Latina foi forjada. Por isso, ela é entendida como uma episteme decolonial, que busca organizar a partir da nossa própria realidade, nossos sentidos filosóficos, sociais, culturais e históricos; para que possamos compreender melhor os próprios limites e possibilidades. É nesse sentido que a Educação Popular tem abarcado os mais diversos temas de investigação, como saúde Popular; direitos humanos; agricultura comunitária; direito das mulheres camponesas; organização sindical; memória e documentação popular; educação do campo; economia Solidária; Centros de Assessoria Popular, serviços de Educação Popular e, posteriormente, as Organizações Não –

Governamentais – ONGs; além de muitas outras demandas contemporâneas. É por esse viés, que Carrillo (2011, p.25), nos aponta uma proposta de conceituação da Educação Popular:

De este modo, hacer Educación Popular es reconocer el carácter político de la educación y su papel em la búsqueda de una sociedad más justa y democrática; es asumir una opción explícita por el fortalecimiento de las organizaciones y movimientos gestados por los sectores populares; es trabajar em la creación o desarrollo de las condiciones subjetivas que posibiliten las acciones emancipadoras y de transformación social por parte de estos sujetos populares; es generar alternativas pedagógicas, metodológicas y didácticas coherentes con los postulados anteriores. (Carrillo, 2011, p.25).

Uma questão que é importante levantar, diz respeito ao terreno no qual a Educação Popular nasceu e se consolidou no contexto latino americano. Isso nos leva a ideia de que, se existe uma educação que luta por democracia e justiça social, isso significa que estas são questões sensíveis e que ainda não foram alcançadas em sua plenitude e que, mesmo entendidas como utopias, faz-se necessário que não descuidemos delas, considerando ainda, que há um campo de conflitos bem acirrado e estrutura de poder autoritário determinando muitos processos tradicionais e hegemônicos. É a partir dessa constatação que percebemos a América Latina como um campo fecundo para o surgimento e o desenvolvimento da Educação Popular, conforme veremos no tópico a seguir.

## **2. América Latina e os marcos para a compreensão de sua epistemologia**

Podemos começar esse tópico nos questionando sobre a dimensão geopolítica e na qual a Educação Popular surgiu: qual o território a partir do qual emerge e é efetivada a Educação Popular enquanto emancipação, transformação? Podemos caracterizar geograficamente esse território como uma região do continente americano que se estende do Rio Grande (México) até a Patagônia (sul da Argentina e Chile), incluindo também o Caribe. Ocupa uma vasta área do hemisfério ocidental e apresenta grande diversidade de relevos, climas, biomas e formações geológicas, tradições culturais e organizações políticas que vão das florestas tropicais amazônicas às montanhas andinas e aos pampas do sul. Podemos dizer que, do ponto de vista histórico, a América Latina

compartilha uma herança colonial comum, marcada pela conquista e exploração europeia — sobretudo de Portugal e Espanha. Esse processo resultou em profundas desigualdades sociais e econômicas, bem como na miscigenação de três matrizes culturais: a indígena, a europeia e a africana, que formam a base da identidade latino-americana. Conforme nos aponta Galeano (2012, s/p):

Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: se especializou em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se lançaram ao mar e cravaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina continua a trabalhar como serva fiel. Tudo se transforma em capital europeu ou norte-americano, e como tal se acumula e se multiplica nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, suas frutas e suas profundidades ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. (Galeano, 2012, s/p).

Historicamente, a América Latina foi palco do processo colonizador orquestrado por países europeus, principalmente por Portugal e Espanha, que empreenderam verdadeira exploração no/do território, devastando boa parte de seus recursos e destruindo culturas, um verdadeiro genocídio dos povos nativos, hoje denominados de povos originários. A dominação da Europa e, atualmente, dos Estados Unidos sobre a América Latina não se manifesta mais por meio da colonização direta, como no passado, mas por formas econômicas, políticas e culturais de dependência. O controle das grandes corporações transnacionais, a influência de organismos financeiros internacionais — como o FMI e o Banco Mundial — e os acordos comerciais desiguais mantêm os países latino-americanos em uma posição subordinada na economia global. Sobre isso, nos apontam Mota Neto e Pontual (2018, p. 10):

A América Latina y el Caribe, a lo largo de los últimos dos siglos, se ha constituido en un territorio marcado por la dominación colonial, por la exploración del trabajo y de los recursos naturales y por la profunda asimetría en las relaciones entre diferentes grupos sociales, motivada por factores de clase social, género, raza, etnia y otros. El régimen colonial impuesto en este gran territorio, se implantó en una intrincada relación a otros patrones de poder históricamente conocidos, como el capitalismo, el racismo y el patriarcado, generando una estructura social marcadamente desigual, asentada en el privilegio, la violencia, el latifundio y la negación de los derechos para las clases subalternas. (Mota Neto e Pontual, 2018, p. 10).

Além da esfera econômica, essa dominação também se expressa na influência cultural e ideológica. A mídia, a indústria cultural, os padrões de consumo, a moda e até as formas de pensamento frequentemente refletem valores eurocêntricos e norte-americanos, enfraquecendo e desqualificando as identidades e culturas locais. A América Latina, apesar de sua diversidade, riqueza cultural e a capacidade de resistências constantes, ainda enfrenta o desafio de afirmar sua autonomia e construir um desenvolvimento próprio, baseado na valorização de seus povos e recursos. Resistir a essa nova forma de colonialismo — agora simbólico e econômico — é uma tarefa essencial para fortalecer a soberania e a justiça social no continente. Essa é uma luta encampada pela Educação Popular e dos movimentos sociais, que buscam a consolidação de uma epistemologia própria e a valorização de histórias e culturas das várias sociedades latino americanas.

Esse movimento, que busca a construção e consolidação de uma epistemologia própria da América Latina, vem se constituindo a partir de diversas fronteiras, mas para nossa reflexão atual, gostaríamos de destacar três destes marcos que consideramos importantes para a Educação Popular e sua formação, são eles:

**a) Teologia da Libertação – uma igreja comprometida com os pobres**

Surgida na América Latina, especialmente a partir da década de 1960, a Teologia da Libertação, se apresenta a partir da Igreja Católica, como uma resposta às profundas desigualdades sociais e à exclusão vivida pelos povos latino-americanos. Ela propõe uma igreja pensada e construída em diálogo com o povo, comprometida com suas realidades e necessidades cotidianas. Ao contrário da proposta ortodoxa da Igreja Católica, essa ala da igreja se coloca ao lado dos pobres e oprimidos, buscando neles o rosto de Cristo e o verdadeiro sentido do Evangelho.

A Teologia da Libertação compreende a realidade como ponto de partida para a leitura e problematização dos textos bíblicos. A Bíblia, nesse contexto, não é vista apenas como um conjunto de doutrinas ou mandamentos, mas como uma palavra viva que se encarna na história concreta das pessoas. Ler a Bíblia à luz da realidade significa reconhecer as situações de injustiça e opressão e buscar, na mensagem cristã, caminhos para a libertação e a transformação social. Para Boff e Boff (1980, p. 29), a Teologia da

Libertação “[...] nasceu com o propósito de resposta aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo”. Na Paraíba, estado da Região Nordeste do Brasil, por exemplo, esse elemento também é reforçado por Dom José Maria Pires (1978, s/p), em sua Carta Pastoral *Sobre o compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos*:

A Igreja da Paraíba tomou posição. Ela está do lado dos agricultores de Alagamar. E o faz por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo. Como Jesus, fizemos uma opção pelos oprimidos, embora reconheçamos que estamos ainda longe de levar às consequências mais pesadas esse compromisso. Mas estamos caminhando nessa direção e o número dos que se comprometem com o povo cresce constantemente. [...]. O desenvolvimento de uma Nação não se mede acima de tudo pelas indústrias que tem, pelas exportações que faz, pelo dinheiro que acumula. O desenvolvimento mede-se antes de tudo pelo bem-estar da população. (Pires, 1978, s/p).

Nesse contexto, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) representaram e representam um dos frutos mais significativos dessa teologia. Idealizadas e organizadas por grupos de cristãos que se estruturaram para refletir sobre a vida e a fé, as CEBs se tornaram espaços de participação, solidariedade e formação política. Nelas, a fé se mistura à vida cotidiana, e a leitura da Bíblia se transforma em um ato de consciência e compromisso com as realidades locais.

Podemos afirmar que a Teologia da Libertação também contribuiu para o fortalecimento de muitas organizações e lutas populares, pois incentivou a articulação entre fé e ação social. Inspirados pelo Evangelho de Cristo, muitos grupos e movimentos sociais inspirados na Teologia da Libertação passaram a atuar em defesa da terra, da moradia, dos direitos trabalhistas e da dignidade humana.

### **b) Pesquisa Participante**

No âmbito da academia, as possibilidades de pesquisas foram se ampliando e as concepções clássicas foram dividindo espaço com propostas metodológicas de investigação mais democráticas e que partiam de um diálogo mais direto com os sujeitos investigados, que passaram a assumir papel ativo nesse processo. As pesquisas de caráter participante surgiram no sentido de superar a ideia de pesquisa apenas para apontar o

problema; mais do que isso, elas partem da compreensão que o próprio processo de pesquisa pode interferir nas realidades de injustiças dos participantes e propor intervenções que beneficiem as comunidades. Conforme nos aponta Brandão (2006, p. 23-24), essa pesquisa participante apresenta duas dimensões:

A primeira: agentes sociais populares são considerados mais do que apenas beneficiários passivos dos efeitos diretos e indiretos da pesquisa e da promoção social dela decorrente ou a ela associada. Homens e mulheres de comunidades populares são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à pesquisa participante. [...]. Segunda: em outra direção a própria investigação social deve estar integrada em trajetórias de organização popular e, assim, ela deve participar de amplos processos de ação social de uma crescente e irreversível vocação popular. (Brandão, 2006, p. 23-24).

Essa inovação nas propostas teórico-metodológicas nas pesquisas acadêmicas, de certa forma revoluciona as possibilidades de atuação de pesquisadores, principalmente na abertura que esse paradigma proporciona por parte da universidade para os movimentos sociais; e do movimento contrário de abertura dos movimentos sociais para a universidade. Essa interação proporciona a construção de uma pesquisa mais viva, mais preocupada com as demandas sociais e a superação de injustiças, além de gerar conhecimento a partir dos diálogos entre os diferentes saberes sociais. Ainda de acordo com Brandão (2006, p. 5):

A pesquisa participante não cria, mas responde a desafios e incorpora-se em programas que colocam em prática novas alternativas de métodos ativos em educação e, de maneira especial, de educação de jovens e adultos; de dinâmicas de grupos e de reorganização da atividade comunitária em seus processos de organização e desenvolvimento; de formação, participação e mobilização de grupos humanos e classes sociais antes postas à margem de projetos de desenvolvimento socioeconômico, ou recolonizadas ao longo de seus processos. (Brandão, 2006, p. 5).

Diante das exposições, podemos dizer que a pesquisa participante pode ser compreendida como uma concepção teórico-metodológica que envolve diretamente os sujeitos pesquisados no processo de investigação, valorizando e dialogando com seus saberes, experiências e visões de mundo. Diferente das pesquisas clássicas, em que o pesquisador observa de fora, a pesquisa participante propõe uma relação horizontal entre pesquisador e comunidade. Seguindo essa lógica, quem participa da pesquisa deixa de ser

apenas objeto de estudo e passa a ser também protagonista na construção do conhecimento, contribuindo para a compreensão e transformação da própria realidade.

### **c) Pedagogia crítica – libertadora**

Podemos apontar como terceiro marco para a compreensão de uma epistemologia própria da América Latina, o próprio desenvolvimento de pedagogias críticas libertadoras e, especificamente da própria Educação Popular. Em meio ao contexto de desigualdades e de grande processo de controle externo na América Latina, não seria surpreendente o surgimento de propostas político-educacionais que se contrapusessem a essas realidades. Essas propostas críticas de educação surgem em contraposição ao modelo educacional que se estabeleceu em vários países da América Latina, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940. Nas décadas apresentadas, a educação no Brasil passou por um processo de adaptação às exigências do modelo industrial e urbano que se consolidava no país. Durante esse período, o sistema escolar foi organizado para atender às necessidades ligadas ao modelo de capitalismo desenvolvimentista-industrial-dependente, implicando diretamente no mercado de trabalho e priorizando a formação de mão de obra disciplinada e obediente às normas das fábricas e ao poder da burguesia. As propostas educacionais caminhavam no sentido de, em vez de promoverem o pensamento crítico e a cidadania, passaram a ter um caráter técnico e conformador, buscando formar os alunos para se tornarem operários mecanizados, submissos à hierarquia e às condições impostas pelo sistema capitalista em expansão. Essa educação, voltada para a manutenção da ordem social, reforçava as desigualdades e limitava as possibilidades de emancipação das classes trabalhadoras. Estes, por sua vez, passaram a lutar pela superação dessas propostas de ensino. De acordo com Carrillo (2007, p. 27):

En el siglo XX, con la naciente industrialización y urbanización de nuestros países, la educación comenzó a ser percibida como un mecanismo de integración, democratización y movilización social de las nuevas clases trabajadoras; éstas, por su parte, también vieron la escolarización una oportunidad de ascenso social para sus hijos y como un mecanismo de incorporación a la cultura urbana. Por ello, la ampliación de la cobertura escolar ha sido bandera tanto de los gobiernos como de las clases trabajadoras organizadas; esto se ha traducido en una actitud paradójica de la clase trabajadora frente al Estado: lo cuestiona radicalmente a la vez

que busca inclusión individual através de la ampliación de la cobertura educacional. (Carrillo, 2007, p. 27).

É nesse processo de luta, que a partir das décadas de 1940 e 1950, vamos ter em diversos espaços da América Latina, a luta dos trabalhadores para que a educação pudesse ser mais democrática e que desse conta de suas demandas sociais e que pudesse considerar as suas diversas culturas. Podemos afirmar que, nesse contexto, a América Latina viveu um período de intensas transformações sociais e políticas, circundadas e influenciadas pelo crescimento urbano, pela Revolução Industrial tardia e pelo fortalecimento dos movimentos populares, que lutavam por seus direitos. É nesse cenário, que começaram a surgir lutas pela democratização da educação e que foram impulsionadas por trabalhadores, estudantes, intelectuais e setores progressistas da Igreja. Esses grupos reivindicavam uma escola pública, gratuita e acessível a todos e todas e que superasse o modelo elitista e excludente construído historicamente pelo processo colonizador. As mobilizações combatiam a concentração do saber nas mãos das classes dominantes e defendiam uma educação mais democrática, voltada para a realidade do povo. Ainda de acordo com Carrillo (2007, p. 28):

Simultáneamente, los movimientos populistas de las décadas de 1940 y 1950 procuraron darle a la educación un carácter nacionalista y democrático, exaltando las culturas populares autóctonas y la capacidad creativa del pueblo. José Domingo Perón en Argentina, Víctor Raúl Haya de la Torre y el APRA en el Perú, Lázaro Cárdenas en México y Jorge Eliécer Gaitán en Colombia, vieron en la educación y la cultura un espacio adecuado para el desarrollo de sus movimientos. No hay que olvidar que es durante un gobierno populista, el de João Goulart, cuando Paulo Freire inicia sus experiencias de educación liberadora en Brasil. (Carrillo, 2007, p. 28).

Enfim, a partir desses três marcos, podemos compreender parte do que explica o surgimento da Educação Popular enquanto paradigma epistemológico próprio da América Latina e como ele foi se moldando e se modificando ao longo da história ao Sul da Linha do Equador. Nesse sentido, que nossa bússola nos aponte nosso Sul, sentido que devemos seguir nas construções de nossas explicações históricas, sociais e filosóficas, dialogando com autores e sujeitos de outros continentes; mas sem desconsiderar as nossas matrizes explicativas.

A Educação Popular não se apresenta como uma epistemologia do Sul, mas a partir de uma trajetória de enfrentamentos e criatividades para manter seu lugar no contexto latino americano e ser mais que uma orientação de instrução, mas um pensamento teórico metodológico que se encontra imbelicada pelos desafios históricos e culturais que ainda são enfrentamentos e desafios a serem enfrentados contra a hegemonia norte-americana, sobretudo. E uma “construção coletiva em andamento” como afirma Mejia (2018, p. 292 e 293):

(...) A educação Popular tem decantado seis grandes âmbitos de mediação em suas atividades: a individualização, os processos de socialização, a vinculação ao público, a vinculação às organizações e aos movimentos, a participação nos governos e o massivo. Em todas e cada um deles se fez específico o processo de diálogo de saberes (intraculturalidades), confrontação de saberes e conhecimentos (interculturalidade), e negociação cultural (transculturalidade), e ali a pessoa educadora popular, em coerência com suas concepções – que são variadas – elege de seus dispositivos e rotas metodológicas para possibilitar os resultados buscados na atividade educativa que se desenvolve”. (Mejia, 2018, p. 292 e 293).

Enfim, nossas reflexões nos levam a indissociabilidade entre as lutas travadas na América Latina por uma epistemologia própria e a Educação Popular. É um trilhar de construção das nossas próprias identidades, das nossas próprias histórias e culturas, que se constroem aqui e que, por isso, precisam também ser narradas por nós mesmos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas considerações escritas aqui estão longe de ser finais, mas encerram nosso recorte e possibilidades de fala e, ao mesmo tempo, abrem as possibilidades de diálogo com outros autores que discutam a temática, pois não temos a autoridade e pretensão de encerrar as questões levantadas. Nesse sentido, a partir de nossas análises podemos considerar a América Latina como um espaço rico em produções culturais e históricas, com uma diversidade de sujeitos, linguagens e fazeres próprios. Ao mesmo tempo, sua história foi permeada pela exploração e violência coloniais e, por conta disso, lugar de muitas lutas e resistências. Esse processo colonizador foi interrompido na sua dimensão política a partir das várias independências históricas entre os séculos XVIII, XIX e XX. Porém, os países

imperialistas e colonizadores ainda tentam manter uma colonização latino-americana a partir das esferas culturais e epistemológicas. É nesse contexto que defendemos a produção e circulação de uma epistemologia própria, como é o caso da Concepção de Educação Popular.

Esse cenário sócio-histórico nos faz perceber e reafirma a concepção de Educação Popular enquanto uma teoria social crítica, que além das possibilidades pedagógicas e metodológicas amplas para perceber as diversidades que envolvem as realidades, nesta perspectiva, envolve outras áreas do conhecimento, como a História, Sociologia, Política, entre outras e se configura como uma proposta que alarga criticamente o conceito pragmático de produção e transmissão de conhecimento; mais do que isso, é uma concepção de educação política, que se faz e refaz nas lutas sociais, junto com homens e mulheres, na busca de uma sociedade mais justa.

A Educação Popular, com uma tradição de mais de sessenta anos, ainda continua forte e atuante em vários espaços sociais, buscando contribuir com as lutas e com os movimentos sociais, sempre se reinventando, sempre considerando as várias demandas sociais e bandeiras de lutas. Nesse sentido, ampliou suas áreas de atuação, passando a incorporar as reivindicações da escola pública, os anseios da Educação do Campo, as resistências de caráter étnico e racial, entre tantas outras disputas de poder.

A Educação Popular, entendida como prática emancipatória e profundamente vinculada aos sujeitos e às realidades das classes populares, constitui-se historicamente como um campo de resistência frente a diversos modelos econômicos que produzem desigualdades e subordinam grupos sociais. Em oposição aos projetos autoritários e conservadores, ela afirma a participação democrática, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento como formas de romper com lógicas que naturalizam hierarquias e silenciam vozes subalternizadas. Diante do neoliberalismo, que reduz direitos sociais, mercantiliza a vida e transforma a educação em serviço, a Educação Popular resiste ao afirmar a centralidade da solidariedade, da organização comunitária e da leitura crítica da realidade. Igualmente, frente às permanências neocoloniais, que impõem epistemologias dominantes e deslegitimam saberes populares, ela reivindica a pluralidade de conhecimentos, a valorização das culturas locais e o enfrentamento das estruturas que

reproduzem dependência e exclusão. Assim, a Educação Popular se consolida como um projeto político-pedagógico que confronta hegemonias, fortalece sujeitos e promove a construção coletiva de alternativas para uma sociedade mais justa. Isso prova que a Educação Popular é uma teoria social inserida e acompanha os processos de lutas e resistências da própria sociedade;

Sua história também evidencia sua expressividade e participação em várias conquistas, no campo da educação, no campo da política, da agricultura familiar, das questões de gênero; dos movimentos sociais. Enfim, é uma história capitalizada em várias pautas e conquistas, na formação de educadores, na busca por uma sociedade mais justa, no diálogo com os educandos e em suas percepções enquanto sujeitos oprimidos, sempre na procura da superação das desigualdades e por fim, na construção de uma identidade latino-americana.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ismael Xavier, SILVA, Severino Bezerra da. **Educação do campo e a formação sociopolítica do educador**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Da libertação**: o sentido teológico das libertações sóciohistóricas. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1980. (Centro de Investigação e Divulgação. Teologia, 19).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante e a participação de pesquisa**: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina IN C. R. Brandão, D. Streck (Orgs.). Pesquisa participante: a partilha do saber. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

CARRILLO, Alfonso Torres. **Educación Popular**: trayectoria y actualidad. Universidad Bolivariana de Venezuela, 1ª ed, 2007.

COBO. O, M. Política educativa en colombia: La calidad educativa y la justicia social en la escuela. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade** -LES, v.27, n.55, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2012.

LEIS R, Raúl. **As palavras são noivas que esperam**: dez reflexões a compartilhar. In PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Org.). Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas: UNESCO, 2009.

MEJIA, Marco Raul, **Educação e pedagogias críticas a partir do Sul: cartografias da educação popular**. São Carlos-SP, João & Pedro Editores, 2018.

MELO NETO, José Francisco de. **Educação Popular: uma ontologia**. In José Francisco de Melo Neto; Afonso Celso Scocuglia. (Org.). Educação Popular: outros caminhos. 2. Ed. João Pessoa – PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1999, v. 1, p. 31-75.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular**. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006.

MOTA NETO, João Colares; PONTUAL, Pedro de Carvalho. Desafíos de la formación política. **América Latina em Movimento**, n. 533, Quito, Ecuador, p. 10–11, jun. 2018. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/193524>. Acesso em: 07 nov 2025.

OSCAR, Jara. **¿Qué democracia tenemos y qué democracia queremos?** Revista América Latina en Movimiento de ALAI, No. 533, junio 2018.

PIRES, Dom José Maria. Carta Pastoral **Sobre o compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos**. João Pessoa: 1978.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular e educação do campo: nexos e relações**. In; Educação Popular: lugar de construção social coletiva. STRECK, Danilo, ESTEBAN, Maria Teresa (orgs.), Petropolis-RJ: Vozes, 2013.

SOUSA, Israel Soares de; SILVA, Severino Bezerra. **Educação Popular e Ensino de História Local**: cruzando conceitos e práticas. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar**, Petropolis-RJ: Vozes, 1984.

#### HISTÓRICO

Submetido: 15 de Nov. de 2025.

Aprovado: 16 de Mar. de 2026.

Publicado: 20 de Mar. de 2026.

#### COMO CITAR OARTIGO-ABNT:

Silva, S. B; Sousa, I. S; Neves, G. F. Educação Popular: histórias de lutas e resistências na América Latina. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade** - v. 30, n.62, 2026, eISSN:2526-8449.